



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA __/__/2016	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 2016
--------------------	-----------------------------------

TIPO

1 ☒ SUPRESSIVA 2 ☐ AGLUTINATIVA 3 ☐ SUBSTITUTIVA 4 ☐ MODIFICATIVA 5 ☐ ADITIVA

AUTOR DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO	PARTIDO PT	UF MG	PÁGINA 01/01
-------------------------------------	---------------	----------	-----------------

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso IV do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, constantes do art. 1º da Medida Provisória nº 746/2016.

JUSTIFICAÇÃO

Notório Saber é um conceito subjetivo e a Medida Provisória não especifica que profissionais e sob que critérios poderão lecionar sem qualquer formação acadêmica, possibilitando a precarização do Ensino Médio.

A qualificação profissional dos educadores e educadoras é um requisito para a promoção de uma educação contextualizada, que estimule a capacidade crítica nas escolas e forneça aos estudantes elementos para a compreensão e participação ativa na realidade.

Além disso, o vazio de sentido do conceito de “notório saber” como requisito para exercício da docência permite interpretar que não será possível verificar a competência do profissional por meio de concurso público, já que não há um requisito bem definido.

Percebe-se, portanto, que esse trecho da Medida Provisória não permite apenas a precarização da qualidade de ensino, mas das condições de trabalho dos professores, que poderão passar a prestar serviços terceirizados ao Ensino Público, o que representa desvalorização da profissão e perdas significativas de direitos trabalhistas, contribuindo para desqualificação da docência enquanto profissão que requer um conjunto de saberes específicos adquiridos em cursos de graduação.



<div><div></div><div></div><div></div></div> <div>DATA</div>	<div></div> <div>ASSINATURA</div>
--	-----------------------------------



CD/16886.03946-02